

# **A TENSÃO ENTRE CAPITALISMO E DEMOCRACIA EM HABERMAS: DO PÓS-GUERRA AOS DIAS DE HOJE**

**Leonardo da Hora Pereira**

Doutorando em Filosofia  
Université Paris Ouest Nanterre La Défense  
Bolsista CAPES

Natal, v. 22, n. 38  
Maio-Ago. 2015, p. 279-309

**Princípios**  
Revista de filosofia

E-ISSN:1983-2109



**Resumo:** O objetivo desse artigo é o de compreender a *evolução* do diagnóstico do capitalismo tardio ao longo da trajetória intelectual de Habermas. O nosso interesse é o de investigar se há *mudanças* significativas no modo pelo qual Habermas concebe a relação entre capitalismo tardio e democracia efetiva. Como hipótese geral, defenderemos a ideia de que há ao menos uma grande ruptura no modelo crítico habermasiano, entre o fim dos anos 70 e início dos anos 80. Tal ruptura pode ser resumida, *grosso modo*, pela ideia segundo a qual, pelo menos até *Problemas de Legitimação no Capitalismo Tardio*, obra de 1973, capitalismo e democracia efetiva não eram vistos como compatíveis. Por outro lado, a partir da *Teoria da Ação Comunicativa*, publicada em 1981, ambos passam a poder conviver, apesar das tensões e mediante um novo equilíbrio de poderes. Finalmente, iremos ver como Habermas concebe esta tensão entre capitalismo e democracia hoje, a partir de seu debate recente com o sociólogo alemão Wolfgang Streeck, notadamente tendo em vista a crise da União Europeia.

**Palavras-chave:** Habermas; Capitalismo; Democracia; Teoria Crítica.

**Abstract:** The aim of this article is to understand the evolution of the diagnosis of late capitalism along the intellectual history of Habermas. Our interest is to investigate if there are significant changes in the way Habermas conceives the relationship between late capitalism and effective democracy. As a hypothesis, I will defend the idea that there is at least a major disruption in Habermas's critical model, between the late 70s and early 80s. Such disruption can be summarized roughly by the idea that, at least until *Legitimation Crisis* (1973), capitalism and effective democracy were not seen as compatible. On the other hand, since *The Theory of Communicative Action*, published in 1981, both can now live, despite the tensions and through a new balance of power. Finally, we will see how Habermas conceives this tension between capitalism and democracy today, through his recent debate with the German sociologist Wolfgang Streeck, especially in view of the EU crisis.

**Keywords:** Habermas; Capitalism; Democracy; Critical Theory.

## **Introdução**

Nos tempos atuais vivenciamos uma “coincidência” histórica bastante oportuna naquilo que diz respeito à trajetória intelectual de Habermas. Pois nos últimos anos, à luz da crise econômica e política europeia, ele retornou à discussão de uma temática que o persegue desde o seu primeiro livro, publicado no já longínquo ano de 1961, *Student und Politik* (O Estudante e a Política). Falamos aqui da tensão que se estabelece entre o capitalismo e a democracia no quadro das sociedades modernas avançadas. Dada a atualidade deste tema, acreditamos que o momento é muito apropriado para uma introdução ao pensamento do autor que eleja essa temática como fio condutor. Evidentemente, não teremos como tratar em detalhe de cada obra importante de Habermas. Entretanto, nos parece que o mais importante em filosofia é saber deslindar com precisão o problema ou os principais problemas a partir dos quais cada filósofo constitui sua experiência ou seu pensamento.

No entanto, ainda que tenhamos falado antes de coincidência, acreditamos que no fundo esta temática, que agora retorna ao centro das preocupações do filósofo alemão, é uma temática estrutural no seu pensamento, que volta e meia vem à tona, ainda que isso nem sempre seja ressaltado pelos comentadores.

Aliás, é digno de nota que essa temática mais diretamente vinculada a aspectos econômicos e sociais costuma ser negligenciada em favor de temas como esfera pública, democracia deliberativa, racionalidade comunicativa ou ética do discurso, os quais são obviamente importantes dentro do modelo habermasiano, mas que precisam ser compreendidos tendo em conta o seu contexto econômico-social adequado. Isto é, quando se trata da reiteração dos marcos distintivos de sua experiência intelectual, é importante entender por que tais temas, antes quase que completamente ausentes do escopo da Teoria Crítica, assumem um papel central. E para isso seja talvez produtivo retomar o diagnóstico habermasiano do capitalismo tardio.

É interessante que a ideia de que o tema da democracia é praticamente onipresente na obra de Jürgen Habermas não parece suscitar muita resistência. De fato, as suas análises acerca da noção de esfera pública, assim como seus trabalhos em torno de uma ética do discurso e de uma democracia deliberativa já se tornaram clássicos no campo da ética e filosofia política contemporânea. No entanto, as pesquisas sobre este tema maior do pensamento do filósofo alemão costumam girar em torno de elementos de natureza mais *normativa*. É assim que diversas análises sobre a possibilidade de uma esfera pública autônoma, sobre o caráter procedimental que os processos democráticos de formação da vontade política deveriam assumir, sobre uma teoria discursiva do direito, sobre a discussão em torno do princípio de universalização ou sobre as relações entre pragmática formal e racionalidade comunicativa ganham relevância. No entanto, se adotarmos apenas essa perspectiva de análise em relação ao pensamento habermasiano, tudo se passa como se os seus esforços teóricos não tivessem nada a dizer acerca das dinâmicas *efetivas* e *atuais* que marcam nossas sociedades contemporâneas. Com efeito, se, ao longo de sua trajetória intelectual, Habermas só tivesse se preocupado com questões puramente teóricas e abstratas, ou até mesmo com uma ética e com uma teoria normativa que ignorasse as condicionantes estruturais de sua aplicação, ele não poderia ser considerado como o maior representante vivo de uma corrente de pensamento conhecida como teoria crítica da sociedade<sup>1</sup>. Se quisermos fazer jus à sua experiência intelectual, bem como à corrente da qual ele provém, não podemos deixar de considerar aspectos de seu pensamento que não se reduzem ao âmbito normativo ou puramente filosófico. Não se pode esquecer que Habermas é também um importante teórico das sociedades capitalistas avançadas.

---

<sup>1</sup> Para uma definição desta tradição teórica, ver Nobre (2004).

Sendo assim, não iremos analisar *diretamente* a teoria habermasiana da democracia, o que nos obriga a excluir considerações detalhadas acerca de sua concepção de esfera pública ou de sua visão referente ao procedimento de deliberação. Concentrar-nos-emos, antes, em seus estudos acerca das crises e patologias engendradas pelo capitalismo tardio, bem como nos potenciais de resistência e protesto que daí surgem e apontam para uma abertura democrática no contexto dos processos de formação da vontade política. Ao invés de tratar da teoria da democracia, tal empreendimento poderia ser visto como uma análise da *teoria habermasiana da democratização*. Em todo caso, a questão do *diagnóstico do capitalismo tardio* assume aqui importância central, uma vez que a compreensão dos componentes estruturais e das dinâmicas da fase capitalista atual é fundamental para entender quais tipos de obstáculos e de potenciais de emancipação esse tipo de organização social oferece.

Por isso, uma das principais tarefas desse artigo é a de compreender a *evolução* do diagnóstico do capitalismo tardio ao longo da trajetória intelectual de Habermas. O nosso interesse é o de investigar se há *mudanças* significativas no modo pelo qual Habermas concebe a relação entre capitalismo tardio e democracia efetiva. Consequentemente, a estratégia hermenêutica adotada aqui será a de um estudo, até certo ponto, *cronológico*, ainda que não exaustivo. Isso significa que selecionaremos algumas obras de referência, nas quais Habermas desenvolve mais ou menos detidamente um diagnóstico do capitalismo tardio, o que já inclui a reflexão sobre a relação que nos interessa aqui. Com isso, evitaremos considerar o pensamento de Habermas “em bloco”, como se se tratasse de algo único e coerente, cujo princípio de inteligibilidade seria fornecido pela sua “última grande obra”, a partir da qual tudo seria *retrospectivamente* iluminado e esclarecido. Pelo contrário, são justamente as eventuais rupturas e guinadas que mais nos interessam.

Como hipótese geral, defenderemos a ideia de que há ao menos uma grande ruptura no modelo crítico habermasiano, entre o fim dos anos 70 e início dos anos 80. Tal ruptura pode ser resumida, *grosso modo*, pela ideia segundo a qual, pelo menos até *Problemas de Legitimação no Capitalismo Tardio*, obra de 1973, capitalismo e democracia efetiva não eram vistos como compatíveis. Por outro lado, a partir da *Teoria da Ação Comunicativa*, publicada em 1981, ambos passam a poder conviver, apesar das tensões e mediante um novo equilíbrio de poderes. No entanto, se há pontos de mudança e até mesmo de ruptura entre estes dois diagnósticos, deve-se ressaltar que também há linhas de continuidade, as quais serão indicadas ao longo do texto. Finalmente, iremos ver como Habermas concebe esta tensão entre capitalismo e democracia hoje, a partir de seu debate recente com o sociólogo alemão Wolfgang Streeck, notadamente tendo em vista a crise da União Europeia. Para concluir, faremos algumas considerações críticas acerca da posição tardia de Habermas e discutiremos algumas alternativas para a Teoria Crítica no começo deste século.

### **Capitalismo contra democracia: a fase pré-Teoria da Ação Comunicativa**

Durante o período que aqui chamamos de fase pré-Teoria da ação comunicativa, temos uma tentativa clara de articular prognósticos acerca da democratização da formação da vontade política com uma *crítica do capitalismo*. É interessante notar como há em Habermas um realinhamento da problemática do capitalismo em relação à posição marxista, na medida em que esta última é tradicionalmente mais centrada na crítica da exploração do trabalho e nas crises econômicas. Para entender esse realinhamento, é preciso primeiro entender em que sentido o capitalismo mudou no século XX. Isto é, quais os tipos de transformação que marcam a passagem para o capitalismo tardio ou organizado do período pós-guerra. Segundo Habermas, a expressão “capitalismo organizado” (*organisierter Kapitalismus*) ou “regulado pelo Estado” (*staatlich*

*gerogelster*) diz respeito a duas classes de fenômenos: de um lado, ao processo de concentração das empresas (à aparição das corporações, das sociedades nacionais e multinacionais) e à organização dos mercados de trabalho, de capitais e de bens; de outro lado, o fato de que o Estado intervencionista se imiscui nas lacunas funcionais do mercado (Cf. Habermas, 1973, p. 53).

No campo econômico, desenvolve-se um setor privado que é determinado pelas estratégias do mercado de oligopólio – é o setor monopolista. Neste, o que é mais evidente é sua capacidade de expandir continuamente as forças produtivas por meio da racionalização dos salários, dos preços, dos lucros, do consumo e da inovação técnica (Cf. Keane, 1984, p. 80). Isso traz uma importante consequência. Enquanto as análises de Marx sobre a queda tendencial da taxa de lucro pressupunham um capitalismo concorrencial e anárquico, a produção monopolista tende a complicar essa equação, pois ela traz uma reorganização e segmentação parcial da antiga sociedade civil. Por exemplo, a determinação dos preços da mão-de-obra passam a ser negociados junto à burocracia, por oligopólios e pelos sindicatos, e não mais determinados por mecanismos mercadológicos cegos; o que abre a possibilidade para um compromisso de classe. A respeito do setor público, tem-se grandes empresas cuja maneira de tomar decisões é largamente independente do mercado.

No âmbito estatal, temos novos elementos responsáveis pelo questionamento dos prognósticos de crise da análise marxista. O aparelho de Estado passa a satisfazer duas ordens de imperativos do sistema econômico. De um lado, ele regula o ciclo econômico em seu conjunto graças à *planificação* global. De outro lado, ele melhora as condições de exploração do capital acumulado (Cf. Habermas, 1973, p. 83). As principais medidas globais da política monetária e fiscal destinadas a regular os ciclos econômicos são as seguintes: a alocação de crédito, as garantias de preço, as subvenções, os empréstimos públicos aprovados em função da política conjuntural e a política de emprego.

Se a planificação global se limita a corrigir as disfunções do mercado, o Estado substitui este último quando ele cria ou melhora certas condições de exploração do capital acumulado. Assim, entre outras coisas, ele reforça a competitividade nacional organizando blocos econômicos supranacionais, desenvolve o consumo público improdutivo, conduz o capital em direção a setores privados negligenciados pelo mercado, melhora a infra-estrutura material (as comunicações e os transportes, o sistema escolar, a saúde, os centros de lazer, a planificação urbana, as moradias etc.), aumenta a força produtiva do trabalho humano (programas de escolarização) e enfim atenua as consequências materiais e sociais derivadas da apropriação privada (ajuda aos desempregados, seguridade social, campanhas ecológicas). Tais atividades são reações às tendências de crise dos antigos mecanismos de mercado e funcionam, portanto, como estratégias de gestão da crise, através das quais o Estado responde a eventuais bloqueios no processo de acumulação (Cf. Keane, 1984, p.85).

O Estado do capitalismo tardio se move, portanto, entre as lacunas funcionais do mercado, intervém no processo de acumulação e compensa as consequências politicamente insuportáveis deste último, terminando por afetar o princípio social de organização que repousa sobre a institucionalização de um mercado de trabalho não organizado. O resultado é que Estado e sociedade não podem mais ser vistos a partir da metáfora da base/superestrutura, pois as relações capitalistas da produção mercantil foram repolitizadas (Cf. Habermas, 1973, p. 83).

Este último processo gera um fenômeno muito importante, crucial para a compreensão da teoria habermasiana da crise, qual seja, a necessidade crescente de legitimação do sistema político. Isso porque as fraquezas funcionais do mercado e suas consequências revelam as disfunções deste mecanismo de regulação e, por causa da intervenção estatal, estas fraquezas fazem também a ideologia burguesa da troca justa entrar em colapso. Por isso, a repolitização das relações de produção cria uma necessidade extra



de legitimação. Se o Estado não se contenta mais em garantir as condições gerais da produção e toma iniciativas intervindo neste processo, ele deve ser legitimado da mesma forma que acontecia com o Estado pré-capitalista. Mas não é mais possível apelar para as reservas de tradição já desgastadas ao longo da expansão do capitalismo. Ademais, os valores universalistas da ideologia burguesa tornaram universais os direitos cívicos, sobretudo o direito de participar das eleições. Desta forma, a legitimidade deve ser assegurada com base no sufrágio universal no quadro de uma democracia formal. Mas se a participação dos cidadãos nos processos políticos de formação da vontade (democracia efetiva) deveria trazer à consciência a contradição entre a produção *administrativamente socializada* e a apropriação *privada* da mais-valia, o subsistema administrativo deve ser suficientemente autônomo em relação à formação da vontade legitimadora a fim de isentar essa contradição da tematização pública.

Chega-se então ao paradoxo típico do capitalismo tardio que se torna o alvo “prático” da nova Teoria Crítica:

A transformação estrutural da esfera pública burguesa gera, para as instituições e procedimentos da democracia formal, condições de aplicação nas quais os cidadãos assumem – no interior de uma sociedade *nela mesma política* – o estatuto de cidadãos passivos com o direito de negar suas aclamações. (Habermas, 1973, p. 55)

Isto é, apesar da repolitização da sociedade e do desabrochar de valores universais em uma democracia (formal), os cidadãos permanecem passivos e aceitam a distribuição desigual dos bens produzidos socialmente. Assim, a decisão autônoma e privada que diz respeito aos investimentos estatais encontra o seu complemento necessário na despolitização e no privatismo cívico dos cidadãos. Ou seja, a atenuação da efetiva participação política das massas *não é fortuita*; a despolitização é um imperativo desta configuração social, já que as prioridades das políticas estatais concernentes à apropriação privada da produção socializada de-

vem ser retiradas da discussão pública genuína (Cf. Keane, 1984, p. 89). Sobre este ponto, um sociólogo próximo a Habermas, Claus Offe, sublinha que o problema estrutural do Estado do capitalismo tardio reside no fato de que a lealdade das massas se torna um problema permanente, na medida em que este Estado deve, ao mesmo tempo, pôr em prática o seu caráter de classe e obscurecer este viés. Sob a pressão deste problema estrutural, as elites políticas acabam por desencorajar uma vida pública autônoma (Cf. Offe, 1975, p. 127). É doravante a esta situação, e não mais prioritariamente ao processo de exploração e de pauperização do proletariado, que a Teoria Crítica deve conceber uma solução.

A conclusão de Habermas é a de que, no caso de uma opinião pública estruturalmente despolitizada, o processo de legitimação se reduz a necessidades residuais. Sobretudo, temos a orientação do interesse dos cidadãos pelo consumo, por lazeres e pela carreira. Como consequência, os cidadãos desenvolvem a expectativa de obter compensações apropriadas (dinheiro, tempo livre e segurança)<sup>2</sup>. Um programa de substitutivos é então elaborado pelo Estado social.

Apesar das semelhanças, podemos identificar diferenças importantes entre as obras pertencentes a este período. No caso do artigo programático de 1968, “Técnica e Ciência como Ideologia”, o que aparece no primeiro plano é uma teoria da evolução social e da racionalização. Aqui, Habermas introduz um expediente de crítica da razão que será retomado e aprofundado mais adiante, na

---

<sup>2</sup> O privatismo dos cidadãos corresponde ao interesse em prestações do sistema administrativo nos domínios da regulação e da seguridade social, com uma participação no processo de legitimação limitada às ocasiões previstas de modo institucional (sufrágio universal, por exemplo), o que significa uma opinião pública despolitizada. De outro lado, a atitude privada na vida familiar e profissional se identifica com uma vida orientada para a família (lazer e consumo) e para a carreira profissional (concorrência pelo status social), o que corresponde às estruturas de um sistema de emprego e de educação regulado pela concorrência entre os desempenhos individuais. Cf. Habermas, 1973, p. 106.

sua *Teoria da Ação Comunicativa* (1981). É assim que em 1968, no quadro mais amplo de sua teoria da evolução social, que está baseada na distinção entre trabalho e interação, Habermas introduz a ideia de uma *dupla racionalização* (Cf. Habermas, 1968, p. 98).

Por outro lado, em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (*Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*), Habermas retoma, com algumas ressalvas, o expediente marxista de uma *teoria das crises* do capitalismo (Cf. Benhabib, 1986, p. 229), isto é, a vinculação entre crítica e crise é reatualizada. Assim, sem abandonar a teoria da evolução social e a teoria da modernidade e da racionalização, o que aparece em primeiro plano é a ideia de que o capitalismo é passível de encontrar limites *internos* à sua expansão. Em outras palavras, em 1973, Habermas vincula a sua *crítica* à elaboração de teoremas de *crises* por meio de um modelo descritivo do capitalismo tardio, atualizando, em certo sentido, o procedimento marxista desenvolvido em *O Capital* (Cf. McCarthy, 1981, p. 358). Desta forma, Habermas se pergunta sobre as tendências às crises *imanentes* ao capitalismo tardio. Isto é o que talvez marque a singularidade da obra de 1973 em relação ao que foi feito antes e ao que virá depois na produção de Habermas.

Tais crises, entendidas num sentido mais amplo que aquele de Marx, não se limitam mais à dimensão econômica. Na verdade, como o próprio título da obra indica, as crises mais importantes se localizariam no âmbito sócio-cultural, crises de legitimação e de motivação.

A contradição fundamental do capitalismo, a saber, o fato de uma produção social voltada para interesses não universalizáveis, é deslocada para a administração. Agora, o que é preciso justificar é a cobrança fiscal diferente segundo as camadas sociais e o emprego particularista dos magros recursos que uma política de afastamento das crises utiliza e esgota. Disso resulta a necessidade funcional de tornar o tanto quanto possível o sistema administrativo independente do sistema de legitimação. Isso explica a neces-

sidade de manter o *privatismo dos cidadãos* enquanto um recurso de motivação fundamental da ação capitalista.

A questão é que as tradições culturais têm suas próprias condições de reprodução. Estas só continuam vivas na medida em que se desenvolvem de forma espontânea ou pseudonatural, garantindo a continuidade de uma história por intermédio da qual os indivíduos e os grupos podem se identificar com eles mesmos e entre eles. Ora, segundo Habermas “a expansão da atividade estatal tem por consequência indireta um aumento desmedido da necessidade de legitimação”, uma vez que “evidências culturais que eram até aqui condições marginais de aplicação do sistema político entram no domínio da planificação da administração” (Habermas, 1973, p. 101). Desde então são tematizadas e questionadas tradições que eram isentas dos programas públicos e das discussões de ordem prática. A planificação da educação, a planificação urbana, aquela do sistema de saúde e da família exigem uma justificação universal (já que o Estado representa – em tese – todos os cidadãos) para esferas caracterizadas precisamente por seu poder de auto-justificação. Isto gera a tomada de consciência do caráter *contingente* não apenas dos conteúdos da tradição, mas também das técnicas de transmissão, isto é, de socialização<sup>3</sup>. Assim, em todos os planos, a planificação administrativa implica *involuntariamente* uma perturbação e uma publicidade que enfraquecem o potencial de justificação de tradições que perderam seu caráter espontâneo<sup>4</sup>. De acordo com a grande aposta do nosso autor,

---

<sup>3</sup> Enquanto que a administração escolar de antes só tinha que decodificar um Cânon que se tinha firmado de forma espontânea, a planificação do currículo, por exemplo, repousa sobre a premissa de que os modelos de tradição poderiam ser diferentes. Cf. Habermas, 1973, p. 102.

<sup>4</sup> Ou, como atesta Thomas McCarthy: “A atividade expandida do Estado produz um aumento na necessidade de legitimação, por justificação da intervenção do governo em novas áreas da vida. Ao mesmo tempo, o próprio processo de submeter setores da vida social ao planejamento administrativo produz o *efeito colateral não intencional* de minar legitimações tradicionais [...]. E esse

[...] uma vez que foi destruído seu caráter indiscutível, as pretensões de validade só podem ser estabilizadas por discussões. A desestabilização das evidências culturais favorece, portanto, a politização de domínios da vida cotidiana que podiam até aqui ser confiados à vida privada. *Mas isto comporta um perigo para o privatismo dos cidadãos, assegurado de maneira informal pelas estruturas da opinião pública.* (Habermas, 1973, p. 102)

Ele identifica nos esforços de participação e na aparição de modelos diferentes, em particular nos domínios culturais como a escola e a universidade, a imprensa, a Igreja, o teatro, a editoras etc., os signos desta evolução.

Já os argumentos a favor de uma crise de motivação dizem respeito a mudanças no próprio sistema sócio-cultural, que acabam por ameaçar a complementaridade que existe entre os requerimentos do aparato estatal e as expectativas de legitimação e necessidades dos membros da sociedade (Cf. McCarthy, 1981, p. 371). Como vimos, a motivação mais importante para a manutenção dos sistemas de ação social do capitalismo tardio consiste em uma atitude privada na vida pública dos cidadãos e na vida profissional e familiar. A tese de Habermas é que estes modelos de motivação são sistematicamente destruídos em razão de uma dinâmica interna às sociedades do capitalismo tardio. Para isso, ele deve mostrar, de uma parte, o esgotamento das tradições que sustentam tais atitudes e, de outra parte, que o capitalismo não pode mobilizar novos recursos de motivação a fim de substituir funcionalmente os primeiros.

A fim de demonstrar sua tese, Habermas tenta provar de início que estas duas fontes culturais, as reservas de tradição pré-burguesas e as burguesas, estão esgotadas. As imagens de mundo tradicionalistas foram enfraquecidas continuamente no curso da evolução do capitalismo, já que elas eram inconciliáveis, sobretudo

---

desenvolvimento coloca em risco o privatismo civil, essencial para a esfera pública despolitizada” (McCarthy, 1981, p. 369-370).

do, com a extensão dos domínios onde predomina a ação racional com respeito a fins.

Mas mesmo os elementos das ideologias burguesas que favorecem as orientações privatistas perdem o seu lugar em razão das transformações sociais. A *ideologia da performance* é posta em questão pelo descompasso entre a formação escolar e o sucesso profissional. O *individualismo possessivo* desmorona pelo aumento da parte dos bens de uso coletivos (os transportes, os lazeres, a saúde, a educação, etc.) entre os bens de consumo. Enfim, a *orientação para valores de troca* é minada em consequência do enfraquecimento da socialização do mercado (Cf. Habermas, 1973, p. 117).

De acordo com o diagnóstico habermasiano, a erosão das reservas de tradição pré-capitalistas e capitalistas engendra estruturas normativas “residuais” que não são adequadas à reprodução do privatismo na vida cívica e na vida profissional-familiar. Temos aqui um exemplo claro daquilo que Habermas estabeleceu como um possível efeito da interação entre a evolução sistêmica e a evolução do âmbito sócio-cultural: na medida em que a lógica de desenvolvimento deste último é independente da primeira, temos que a transformação do subsistema sócio-cultural induzida justamente pelo desenvolvimento sistêmico - notadamente a atividade estatal, que passa a contribuir decisivamente com o desenvolvimento das forças produtivas – o torna disfuncional em relação aos imperativos da economia e da administração, ameaçando assim a coerência de conjunto do sistema social do capitalismo tardio. Há, portanto, uma espécie de conflito entre os valores propostos pelo sistema sócio-cultural e os valores reclamados para a manutenção dos sistemas político e econômico *estruturados em classes*. Entre os elementos tornados dominantes na tradição cultural, é necessário mencionar o *cientificismo* na dimensão cognitiva ou teórica, a *arte pós-aurática* na dimensão estética e, sobretudo, a *moral universalista* na dimensão prático-moral.

Até aqui, o fato de termos uma produção socializada fundada numa apropriação privilegiada foi visto não só como uma mera

injustiça, mas como a contradição fundamental responsável por bloquear qualquer tentativa de repolitização da esfera pública. Vale lembrar que o privatismo dos cidadãos ou a despolitização das massas é justificado com o fato da repolitização das relações de produção, o que gera a necessidade do Estado intervencionista, que via de regra intervém em favor dos interesses capitalistas privados, legitimar a sua ação e manter a sua autonomia em face dos cidadãos (que, nessa perspectiva, devem permanecer passivos e se tornar meros clientes do Estado de Bem-Estar Social). Assim, até 73, o diagnóstico habermasiano aponta para um modelo de *incompatibilidade entre democracia efetiva e capitalismo*, o que poderia talvez ser representado por uma transfiguração (e não eliminação) do conflito “capital x trabalho” no conflito “capital x democracia”. Entre 1961 e 1973, *a despolitização das massas é vinculada ao núcleo fundamental do capitalismo tardio, e não aos seus desvios ou excessos*. Por isso, os potenciais processos de democratização aparecem, ao mesmo tempo, como movimentos disfuncionais em relação ao funcionamento estrutural da forma capitalista de organização social. Assim, a crítica não é contra eventuais “excessos” desse sistema, mas contra o seu núcleo estrutural e sua contradição fundamental.

Se, em 1968, sua crítica do capitalismo ainda era *externa* ao seu desenvolvimento social, em 1973 tal crítica é vinculada à própria dinâmica de expansão do capitalismo regulado estatalmente e sua tendência de crise (crítica interna). É nesta obra que Habermas desenvolve de modo mais sistemático uma teoria do capitalismo tardio (com uma apropriação extensa e produtiva das ciências humanas), assim como uma teoria das suas crises, visando captar tanto a dimensão sistêmica quanto a dimensão social ou vivida. O que vemos então é um aprofundamento progressivo na análise interna da dinâmica capitalista, o que mais tarde será abandonado por Habermas.

Por outro lado, a principal dificuldade desta fase habermasiana é a de esclarecer de modo mais detalhado a via política de supera-

ção do capitalismo a partir de uma articulação consistente entre teoria e prática, na qual movimentos sociais organizados apareçam como destinatários da teoria crítica. Por enquanto, o interesse maior por uma comunicação livre de dominação assume uma forma por demais “anônima”, e não se vê bem como a repolitização da esfera pública seria efetivamente catalizada.

### **Capitalismo e democracia nos anos 80: o período da TAC**

A interpretação proposta aqui sugere que nesta fase ocorre uma inflexão na posição habermasiana acerca da relação entre democracia efetiva e capitalismo. Se até *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus* (*Problemas de legitimação no capitalismo tardio*) estes dois princípios de organização social apareciam como, em última análise, incompatíveis (apesar das conquistas formais da democracia liberal), na medida em que a despolitização das massas era vista como uma necessidade estrutural do sistema político-econômico, a partir dos anos 80 – notadamente na sua obra máxima, *Teoria da ação comunicativa* (1981) – Habermas passa a enfatizar os excessos do sistema como a principal causa da falta de processos democráticos de formação da vontade política. A diferença pode parecer por vezes sutil, porém ela é fundamental. O capitalismo e a administração burocrática articulada a ele ainda são vistos como os vetores da despolitização, porém o problema deixa de se localizar no núcleo de tais instituições. A contradição fundamental expressa pela apropriação privada da produção socializada, assim como a burocratização do aparelho estatal que lhe é correspondente no capitalismo tardio, deixa de ser o obstáculo fundamental para uma teoria da democratização (capital x democracia). A economia capitalista e o poder estatal burocratizado ganham seu “espaço legítimo” dentro das sociedades complexas e funcionalmente diferenciadas. O problema maior passa a ser o “avanço ilegítimo” destes dois mecanismos sobre domínios de ação reservados ao mundo da



vida. Uma questão colocada por Michael Löwy permite evidenciar tais transformações no pensamento habermasiano:

Quais conclusões políticas se pode tirar desta crítica? Trata-se simplesmente de proteger o mundo da vida – a esfera da interação simbólica humana – das invasões da racionalidade instrumental ou é preciso que as questões econômicas, elas mesmas, sejam submetidas ao controle do mundo vivido, enquanto objeto de um livre debate público e de decisões democráticas? Esta questão – de fato, o núcleo racional do socialismo, como planejamento democrático – *recebe uma resposta positiva* no trabalho mais “radical” de Habermas, *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1973), que esboça uma crítica muito pertinente dos limites da democracia no capitalismo [...]. Entretanto, encontramos uma abordagem bastante diferente dessas questões no seu *opus major* mais sistemático, *A teoria da ação comunicativa* [...]. Modesto, Habermas só pretende proceder a uma “reconstrução” do materialismo histórico marxiano e do diagnóstico weberiano da modernidade, mas de fato ele formula uma nova teoria, extraindo bastante de Durkeim, Parsons e Luhmann. Isto leva a uma diminuição considerável do radicalismo da primeira Teoria Crítica, e a um tipo de reconciliação com as normas da modernidade “realmente existente”. (Löwy, 1999, p. 81)

Isto é, Habermas deixa de defender uma posição próxima do “núcleo racional do socialismo democrático”<sup>5</sup>, para assumir uma postura mais defensiva e “conformada”. Em relação a esse ponto, Löwy prossegue mostrando que

---

<sup>5</sup> Löwy cita ainda uma importante passagem da obra de 1973, na qual Habermas explicita que o debate democrático livre de dominação deveria levar à consciência os problemas e contradições da apropriação privada da mais-valia no contexto de uma produção socializada, de modo que o sistema administrativo do capitalismo tardio seria *incompatível* com uma democracia efetiva: “A participação dos cidadãos nos processos políticos de formação da vontade, quer dizer a democracia concreta, deveria levar à consciência a contradição entre a produção, administrativamente socializada, e, como sempre, a apropriação e utilização da mais-valia que permanecem assuntos privados. Para subtrair esta contradição à tematização, o sistema administrativo deve ser autônomo o suficiente em relação à formação da vontade legitimante.” (Habermas, 1973, p. 55)

[...] entretanto, *contrariamente às teses esboçadas em Problemas de legitimação no capitalismo tardio*, Habermas parece agora considerar a burocratização e a economia mercantil como formas necessárias da modernização [...]. Para Habermas [a partir de 1981], a economia de mercado capitalista e a burocracia são portanto formas “normais” da modernidade: só se pode falar de “patologia” quando a racionalidade instrumental transgride as fronteiras dos sistemas e penetra na esfera da reprodução simbólica, isto é, quando o dinheiro e o poder entram nos domínios que implicam a compreensão mútua, ou, em outras palavras, quando os imperativos dos subsistemas autônomos “colonizam” o mundo vivido da comunicação. (Löwy, 1999, p. 82)

Assim, o modelo normativo deixa de apontar para uma superação do modo capitalista de produção e de organização social e propõe doravante uma “nova divisão de poderes” (Cf. Habermas, 2002, p. 505), em que os dois mecanismos sistêmicos conviveriam, de modo balanceado e mediante o estabelecimento de “traçados de fronteira”, com o mecanismo “solidariedade” de coordenação social.

Talvez o que dificulte a compreensão dessa inflexão no percurso intelectual habermasiano seja o fato de que ele continua a trabalhar com praticamente todos os temas de antes. A diferença na construção do argumento é não raramente de ênfase. Ele continua a falar de “modernidade”, “capitalismo tardio”, de “crises”, de contradição, de críticas a alguns aspectos do capitalismo, de “ética comunicativa”, de “esfera pública” e até mesmo de “socialismo”. No entanto, muitos destes termos são resignificados, assim como uns passam ao primeiro plano e outros ocupam doravante uma posição secundária. Em todo caso, a nosso ver, a *ruptura* em termos de relação entre capitalismo e democracia é inegável.

Podem-se destacar pelo menos dois fatores explicativos para essa mudança de posição. O primeiro seria a aceitação mais efetiva de argumentos de matriz weberiana ou da teoria dos sistemas, segundo os quais os âmbitos sistêmicos funcionalmente diferenciados da economia capitalista e da administração burocrática possuem valor funcional intrínseco ou genuíno (isto é, independentes

da estrutura de classes), e trazem vantagens do ponto de vista da eficácia na consecução da reprodução material da sociedade (Cf. Habermas, 2002, p. 95). Assim, qualquer tentativa de “desdiferenciar” tais domínios de ação e intervir diretamente no seu funcionamento interno corresponderia a um retrocesso do ponto de vista da evolução social. Até porque, à luz das experiências fornecidas pelo “socialismo realmente existente”, Habermas dá razão a Weber em relação ao seu prognóstico, segundo o qual “a abolição do capitalismo privado não significaria de modo algum uma destruição da redoma de aço do trabalho industrial moderno” (Habermas, 2002, p. 101).

O segundo fator seria a percepção de que a dinâmica atual dos chamados “novos movimentos sociais” não é mais orientada em função da velha política redistributiva, mas sim por uma busca de maior “autonomia das formas de vida”. Assim, os protestos anti-capitalistas perdem força e dão lugar a mobilizações tão variadas (como a luta por identidades nacionais, anti-racismo, feminismo, direito dos homossexuais, etc.) que não podem ser reduzidas a um único sentido de emancipação (Cf. Melo, 2009). Nesse contexto, a repolitização da esfera pública não poderia ser pensada exclusivamente, e nem mesmo prioritariamente, em função das lutas anti-capitalistas.

A complexidade, de um lado, e a pluralidade, de outro, são características marcantes das sociedades ocidentais avançadas, e a Teoria Crítica deve estar à altura do seu tempo. Nesse caso, a teoria da democratização precisa se rearticular em função dos atuais focos de potenciais emancipatórios e repensar a sua relação com o capitalismo tardio. Por isso, excluindo a fase que vai até 1973, concordamos com Tomberg ao indicar que a pretensa solução “reformista” e ao mesmo tempo radicalmente democrática de Habermas decorre de sua decisão tomada perante um dilema político fundamental que se reflete na solução conceitual (dualista) de sua teoria:

Se não deve ser possível que o sistema capitalista, por falta de crescimento, entre em uma crise em que ele tem de se partir, se com isso a emancipação do mundo da vida pressupõe a existência continuada do sistema capitalista e este só for possível segundo um crescimento constante, então a conclusão necessária seria aquela colonização por meio da qual a emancipação do mundo da vida seria anulada. A conservação de um mundo da vida autônomo e o capitalismo tardio colonizador se contradizem mutuamente e exigem uma decisão, da qual Habermas não se esquiva. *Contudo, ele tem de se decidir tanto por um quanto pelo outro. Ele aceitou o caráter definitivo do capitalismo, que entretanto tem de ser concebido somente como capitalismo tardio, como compromisso do Estado social, e ainda se mantém em um mundo da vida que deve fornecer o espaço para as intenções de uma democracia radical e do socialismo.* (Tomberg, 2003, p. 335)

Do ponto de vista da estratégia teórica, vimos que o expediente utilizado por Habermas em “Técnica e Ciência como Ideologia” é o da crítica da razão e da racionalização, ao passo que, em *Problemas de Legitimação*, o que aparece em primeiro plano é uma teoria das crises internas do capitalismo. Na TAC, Habermas retoma e desenvolve o primeiro expediente. Na verdade, desde a primeira geração da teoria crítica, o modelo crítico

[...] se dá nos termos de uma *crítica da razão*. A explicação disso se encontra em Max Weber e em Georg Lukács: a modernização capitalista pode ser vista, segundo esses autores, como um processo de racionalização crescente, isto é, um processo pelo qual a sociedade se estrutura e se reproduz segundo critérios tidos por racionais. É por isso que *a crítica filosófica da razão coincide com uma crítica social da realidade moderna.* (Repa, 2012)

Nesse contexto, aparece a ideia de uma crítica da razão instrumental. No entanto, para Habermas, a crítica da razão instrumental só ganha sentido pleno se acompanhada de uma ampliação do conceito de racionalidade. Só é possível criticar o predomínio da racionalidade instrumental se o critério da crítica é um conceito de razão que vai além da relação meios e fins. Contudo, essa ampliação do conceito de racionalidade conduz à uma ampliação do

conceito de racionalização, que não deve se limitar a um processo de reificação, como em Lukács e na primeira geração da teoria crítica. É assim que, na sua *Teoria da Ação Comunicativa*, vemos se desenvolver um modelo complexo e não-seletivo de racionalização a partir de uma crítica imanente ao pensamento weberiano (Cf. Habermas, 1981, p. 321-6). Uma teoria da modernidade, e não tanto das crises do capitalismo, é o que passa ao primeiro plano. É aqui também que a teoria dual da sociedade recebe sua formulação definitiva com o par conceitual mundo da vida e sistema.

### **A atualidade da tensão capitalismo e democracia na era neoliberal: Habermas x Streeck**

Mais recentemente, a partir da crise de 2008 e sobretudo a partir da crise das dívidas soberanas que ocorreu na Europa em 2011, o debate acerca da tensão entre capitalismo e democracia ganhou muito em atualidade. Aquele capitalismo tardio ou organizado do qual falávamos anteriormente não mais existe. E, como não poderia deixar de ser diferente, Habermas voltou a discutir o tema. A ocasião para tal se deu no momento da publicação de um importante livro – *Gekaufte Zeit (Tempo comprado)* – sobre a crise do capitalismo democrático, do sociólogo alemão Wolfgang Streeck.

Veremos que Habermas mantém a posição estabelecida a partir dos anos 80, mas não sem modificações. Agora suas reflexões normativas acerca dos regimes democráticos se move da esfera nacional para a esfera transnacional, notadamente para o âmbito da União Europeia (Cf. Habermas, 2011), a fim de acompanhar a própria transnacionalização do capital financeiro.

Tendo em vista que Habermas parece subscrever quase que integralmente o diagnóstico de Streeck (2013a), vale a pena recuperar aqui os traços fundamentais deste último. A primeira constatação, reconhecida pelo próprio Habermas, é o envelhecimento do seu diagnóstico da década 70, segundo o qual o capitalismo estaria mais próximo de uma crise de legitimação do que uma crise econômica. O que temos hoje é justamente o oposto,

uma grave crise econômica sem uma real mobilização de forças progressistas alternativas. No entanto, o modelo de *Problemas de Legitimação* não deixa de guardar uma certa atualidade, na medida em que a análise das crises do capitalismo e como estas são importantes para a questão da democracia voltam ao centro do palco.

Para compreender a atual crise econômica, Streeck começa sua descrição do percurso da crise com um esboço do Estado social construído na Europa do pós-guerra até o início dos anos 70. Com a crise desse modelo e com a diminuição do crescimento econômico, seguem-se as fases de implementação das reformas neoliberais: estas, sem considerar as consequências sociais, melhoraram de fato as condições de realização do capital.

As reformas afrouxaram as regras de regulamentação corporativa e desregularam os mercados de uma maneira geral, isto é, não só o do trabalho, mas também o de bens e serviços, mas sobretudo o mercado de capitais. Streeck descreve essa mudança, que começou com Ronald Reagan e Margaret Thatcher, como um golpe libertador para os donos do capital e seus gerentes contra o Estado democrático, que, de acordo com os princípios da justiça social, tinha reduzido as margens de lucro das empresas, ainda que concomitantemente, do ponto de vista dos investidores, tenha estrangulado o crescimento econômico.

Na medida em que faz crescer a desigualdade social, essa inflexão neoliberal leva a uma transformação no Estado social do pós-guerra (Cf. Streeck, 2013a, p. 144 *et seq.*). A mudança decisiva é a seguinte: O Estado governado por seus cidadãos e, ao mesmo tempo cobrador de impostos, isto é, um Estado democrático financiado por eles mesmos, torna-se um Estado democrático devedor logo que a sua sobrevivência depende não apenas das contribuições de seus cidadãos, mas, em grande parte também dos credores. Hoje em dia, pode-se apreciar o espetáculo perverso da limitação progressiva da capacidade de atuação política dos Estados por causa dos “mercados”.

Nas circunstâncias particulares da União Europeia, a política de consolidação orçamental impõe a todos os países-membros as mesmas regras, independentemente das diferenças no desenvolvimento das suas economias e, com a intenção de implementar essas regras, concentra os direitos de intervenção e de controle no nível europeu.

Ora, sem o simultâneo fortalecimento do Parlamento Europeu, esta concentração de competências no Conselho e na Comissão reforça a dissociação entre a opinião pública e os parlamentos nacionais, e o concerto de governos obedientes ao mercado, que permanecem assim distantes da realidade e se estabelecem de maneira tecnocrática.

Temos então um recrudescimento da tensão entre capitalismo e democracia via financeirização das contas públicas e das políticas estatais, agora fortemente financiadas pelo crédito do capital financeiro. Capital este que se encontra fortemente globalizado, se libertando em grande medida da regulação dos Estados-nação.

Na sua resenha do livro de Streeck (Cf. Habermas, 2013), Habermas nota que em relação a esta política de crise, existem – ao menos em teoria – duas alternativas: ou a liquidação defensiva do euro, ou a ampliação ofensiva da comunidade monetária na direção de uma democracia supranacional.

E aqui reside a grande discordância entre ambos os autores. Enquanto Streeck opta pela primeira opção, Habermas opta pela segunda. Segundo Habermas, Streeck toma uma via nostálgica, de uma pretensa restauração da vitalidade dos Estados-nação. Segundo ele, desconstruir o euro significaria retroceder à época do entrincheiramento nacional-estatal dos anos 60 e 70 a fim de defender e reparar da melhor maneira possível os possíveis restos destas instituições políticas com cuja ajuda talvez se lograria modificar e substituir a justiça do mercado pela justiça social.

Acontece que, como vimos, Habermas sempre foi um crítico deste Estado social, que em vez de cidadãos, acabou por produzir clientes. Além disso, atualmente, é preciso não se esquecer de que

os Estados da comunidade europeia estão enfrentando uma tarefa particularmente árdua: pôr mercados irreversivelmente globalizados ao alcance de uma influência política indireta, mas canalizada. Além disso, os Estados que não se associam para formas unidades supranacionais, e só dispõem do recurso dos tratados internacionais, fracassam ante o objetivo de reintegrar novamente este setor financeiro às necessidades da economia real e de reduzi-lo a uma dimensão funcional conveniente.

Habermas tenta sustentar sua opção pelo aprofundamento da democracia europeia transnacional assinalando que o que diferenciaria uma União Europeia de acordo com a democracia – circunscrita por razões compreensíveis em princípio apenas aos membros da União monetária – de um federalismo executivo, em conformidade com o mercado, são principalmente duas inovações. Em primeiro lugar, um planejamento comum do quadro político, transferências financeiras correspondentes e garantias mútuas dos Estados-Membros. Em segundo lugar, mudanças no Tratado de Lisboa, necessárias para a legitimação democrática das competências correspondentes, ou seja uma participação paritária do Parlamento e do Conselho na legislação e a responsabilidade uniforme da Comissão no que respeita a ambas as instituições. Assim, a conformação da vontade política já não dependeria unicamente dos compromissos sólidos de representantes de interesses nacionais que bloqueiam uns aos outros, mas, igualmente, de decisões por uma maioria de deputados eleitos de acordo com preferências de partido. Só no Parlamento Europeu, estruturado em blocos, pode ser operada uma generalização dos interesses que desarticule as fronteiras nacionais. Apenas em procedimentos parlamentares pode solidificar-se uma perspectiva nossa, conjunta.

Posteriormente, Streeck prolongou o debate respondendo à resenha de Habermas (Cf. Streeck, 2013b). *Grosso modo*, ele reafirma sua posição negando a pecha de nostálgica. Na verdade, não se trata de defender o Estado nacional enquanto tal, mas de compreender que a União Europeia significou e continuará signi-



ficando antes de tudo uma união monetária cujo efeito maior é o de criar uma arquitetura institucional bastante eficaz na imposição dos ditames do capital financeiro sobre os governos nacionais. Para tanto, ele cita os casos da Grécia e da Itália, que teve que instituir no auge da sua crise um governo formado essencialmente por tecnocratas de alma neoliberal. Ele classifica então a posição de Habermas como basicamente utópica, pois ignora uma série de fatos que contradizem sua opção. Acresce que a ideia de uma democracia nos moldes de um super-Estado europeu, supondo que ela fosse possível, seria incapaz de “limitar o poder do capital transnacional”: tal como os EUA, esta democracia ainda estaria aquém do alcance e da velocidade do processo de “globalização do capital”. Apenas um super-Estado global teria a mesma escala de um super-mercado mundial. No entanto, se por um momento pensamos na possibilidade de um tal estado, logo percebemos o quão distante ainda estamos dessa possibilidade. Por isso, segundo Streeck, seria melhor acabar com a UE e em seu lugar estabelecer um sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, nos moldes do antigo sistema de Bretton Woods.

### **Apontamentos para uma conclusão: tensão irremediável e a persistência da utopia**

Sem querer entrar no debate acerca de qual seria a melhor estratégia política para a Europa, acreditamos que há uma questão que lhe precede. O que é interessante é que Habermas não parece tirar as consequências do fracasso do seu diagnóstico anterior. O que Streeck tenta expressar na sua tréplica a Habermas é, talvez, que a tensão entre capitalismo e democracia seja irremediável, de sorte que não se pode sustentar sem mais um modelo normativo calcado numa espécie de equilíbrio entre estes dois princípios sociais, ou então algum tipo de redução da economia capitalista à sua “dimensão funcional apropriada”. Por isso sua posição normativa fixada desde os anos 80 parece ser insustentável ou essencialmente utópica, como afirma Streeck. É preciso vislumbrar uma

democracia para além do capitalismo, sem cair nas velhas receitas marxistas ortodoxas. Se quisermos estar à altura de nosso tempo e enfrentar esta questão, é preciso teorizar o capitalismo de modo mais aprofundado e vislumbrar alternativas políticas. No caso de Habermas, a crise atual do capitalismo não serviu de motivação suficiente para que ele revisasse sua mudança de posição a partir dos anos 80.

O que é interessante é que a contribuição habermasiana ao campo da Teoria Crítica se notabilizou por sua capacidade de reconstruir as bases normativas deste último. A primeira geração da chamada “Escola de Frankfurt” era muitas vezes julgada como pessimista e sua posição era tida como aporética por nos conduzir a uma situação de desespero. Habermas teria sido aquele pensador que tirou esta tradição de um beco sem saída ao conceber uma solução positiva para os dilemas da modernidade, cujo efeito colateral foi o de abandonar a crítica radical do capitalismo devido ao seu caráter excessivamente utópico em proveito de uma posição mais “realista” ou “ancorada no real”. Mas a questão que se coloca hoje para a Teoria Crítica é a de saber até que ponto a modéstia e o realismo suprimem efetivamente a utopia. Por exemplo: seria realista imaginar um capitalismo mundializado regulado por um Estado democrático igualmente mundializado? Ou ainda: seria realista imaginar que uma democracia radical seria compatível a longo prazo com as dinâmicas capitalistas? Obviamente seria ótimo ter o capitalismo, com sua eficácia na dimensão da reprodução material da sociedade e tão somente expandir e aprofundar a democracia. Mas não seria esta posição justamente utópica? Pois se pensarmos seriamente nesta possibilidade, veremos que uma reforma tão profunda no regime político, monetário ou redistributivo afetaria fortemente o ritmo de acumulação do capital, e portanto a economia capitalista no seu conjunto. Por vezes, ser modesto ou “realista” pode constituir a maior das utopias.

Portanto, pensamos que neste caso o melhor é assumir explicitamente uma dimensão utópica na crítica social, desde que

esta seja compatível com as perspectivas de emancipação de movimentos sociais. Além disso, basta lembrar com Seyla Benhabib que a Teoria Crítica é feita de crítica, norma e utopia (Cf. Benhabib, 1986). A utopia é, portanto, constitutiva de um pensamento que visa pensar além da realidade atual. No entanto, vimos que há uma diversidade de utopias, e que certas utopias são mal-disfarçadas de realismo. Pois bem, acreditamos que a Teoria Crítica, à luz dos acontecimentos do século XX, precisa voltar a cultivar uma utopia de modo explícito, no sentido de que é preciso pensar de modo mais radical e vislumbrar uma transformação mais profunda da sociedade. Sem descuidar obviamente de um diagnóstico refinado da sociedade e de uma análise das alternativas políticas disponíveis. No entanto, se nem colocarmos essa questão, que só é posta com uma utopia explícita, se nos fecharmos de antemão numa posição pretensamente realista e “modesta”, nunca seremos capazes de enxergar eventuais potenciais inscritos desde já na nossa realidade. Curiosamente, reencontramos aqui o velho lema iluminista do *Sapere aude* (ousa saber), iluminismo cujo maior defensor contemporâneo é Jürgen Habermas.

Mas qual seria concretamente a alternativa a Habermas ? Não temos condições de desenvolver plenamente este ponto aqui. Não obstante, em virtude da fase atual do capitalismo – marcada pelo neoliberalismo, pela globalização financeira e pelo ataque às democracias ocidentais –, temos um contexto que nos faz, talvez, revisitare a posição habermasiana original e explorar mais amplamente a tensão entre capitalismo e democracia radical. De fato, seu diagnóstico de época acabou sendo desmentido, mas também não é por acaso que tanto Wolfgang Streeck quanto Nancy Fraser – dois pensadores que tentam explorar esta tensão hoje – o fazem a partir de uma discussão desta fase do pensamento de Habermas. O que quer dizer que, mesmo se os detalhes de seu diagnóstico são questionados, seu gesto fundamental é reatualizado, de sorte que uma obra como *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* ganhou muito em atualidade. Trata-se de uma atualidade da

crítica radical do capitalismo e da necessidade de se compreender suas crises de um ponto de vista multidimensional.

Com efeito, a experiência do “jovem Habermas” demonstra que retomar a crítica do capitalismo não significa necessariamente cair numa espécie de economicismo, no paradigma produtivista, no paradigma da classe universal ou no paradigma revolucionário da “ditadura do proletariado”. Contra essa acusação, é preciso ter em mente que para além dos ataques do capital ao trabalho (que mesmo hoje são muito importantes), há o conflito capital x democracia. Isto é, se há de fato hoje diferentes possibilidades para vidas emancipadas, é preciso reconhecer que o capitalismo contemporâneo se apresenta como um obstáculo central que não apenas explora e prejudica *materialmente* os trabalhadores e os desempregados, mas também cria obstáculos não negligenciáveis às possibilidades concretas de institucionalização das condições de exercício do “diálogo emancipado”.

Se essa perspectiva estiver correta, um desafio que se coloca hoje para a Teoria Crítica é então o de retomar uma perspectiva de crítica do capitalismo, sem contudo esquecer os ganhos normativos trazidos pela pluralização dos “sentidos da emancipação” e recair numa espécie de “essencialismo da luta de classes”. Uma das grandes dificuldades que o Habermas de *Problemas de Legitimação do capitalismo tardio* enfrentou foi o de articular essa perspectiva teórica com a prática efetiva dos movimentos sociais. Em relação a este ponto, a dificuldade permanece até hoje (Cf. Fraser, 2013, p. 121). No entanto, movimentos sociais (Indignados, ZAD, Occupy) e mesmo partidos (Syryza, Podemos) extremamente recentes ou nem tão recentes assim (MST), bem como a possível “radicalização” por parte de movimentos já bem estabelecidos como o feminista – tal como aponta Nancy Fraser (2009) – suscitam ao menos a questão de saber se tal possibilidade de articulação entre teoria e prática dentro de uma perspectiva crítica em relação ao capitalismo, especialmente à sua vertente neoliberal, não poderia ad-

quirir uma plausibilidade maior nos próximos anos. Esta é evidentemente uma questão em aberto.

Em todo caso, do ponto de vista teórico, parece que se vislumbram ao menos duas grandes tarefas. De um lado, seria preciso renovar não só um diagnóstico do capitalismo contemporâneo, mas uma teoria das suas crises. Aqui, a intuição central de Habermas em 1973, segundo a qual existem na verdade diversos tipos possíveis de crise pode ser bastante útil (Cf. Fraser, 2014). Por outro lado, mostra-se necessário investigar mais detidamente e concretamente as dinâmicas efetivas dos principais movimentos sociais contemporâneos, inclusive os mais recentes. A articulação entre a dimensão sistêmica da crise e a dimensão social dos conflitos, objetivo perseguido tanto por Marx quanto por Habermas, permanece como um grande desafio teórico.

## **Referências**

BENHABIB, S. *Critique, norm and utopia*. New York: Columbia University Press, 1986.

FRASER, N. Feminism, capitalism and the cunning of history. *New Left Review*. London, n. 56, mar.-abr. 2009, p. 97-117.

FRASER, N. A triple movement? *New Left Review*. London, n. 81, maio-jun. 2013, p. 119-132.

FRASER, N. Behind Marx's hidden abode. *New Left Review*. London, n. 86, mar.-abr. 2014, p. 55-72.

HABERMAS, J. *Technik und Wissenschaft als "Ideologie"*. Frankfurt: Suhrkamp, 1968.

HABERMAS, J. *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.

HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Primeiro tomo. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Luiz Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: M. Fontes, 2002.

HABERMAS, J. *Zur Verfassung Europas: Ein Essay*. Berlin: Suhrkamp, 2011.

HABERMAS, J. Demokratie oder Kapitalismus? In: BLÄTTER für deutsche und internationale Politik (Ed.). Berlin: Blätter Verlagsgesellschaft, 2013. p. 75-86.

KEANE, J. *Public life and late capitalism: toward a socialist theory of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

LÖWY, M. Habermas e Weber. *Crítica Marxista*. São Paulo, n. 9, 1999, p. 79-87.

MCCARTHY, T. *The Critical Theory of Jürgen Habermas*. Cambridge: MIT, 1981.

OFFE, C. The theory of the capitalist state and the problem of policy formation. In: LINDBERG, L. N.; ALFORD, R; CROUCH, C.; OFFE, C. (Ed.). *Stress and Contradiction in Modern Capitalism*. Massachusetts: Lexington Books, 1975.

MELO, R. S. *Sentidos da emancipação: para além da antinomia revolução versus reforma*. São Paulo, 2009. Tese de doutorado – Filosofia, Universidade de São Paulo.

NOBRE, M. *A Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

REPA, L. Habermas clássico sai no Brasil. *Revista Cult*. n. 170, 2012.

STREECK, W. *Gekaufte Zeit: Die vertagte Krise des demokratischen Kapitalismus*. Berlin: Suhrkamp, 2013a.

STREECK, W. Vom DM-Nationalismus zum Euro-Patriotismus? Eine Replik auf Jürgen Habermas. *Blätter für deutsche und internationale Politik*, set. 2013(b), p. 75-92.

TOMBERG, F. *Habermas und der Marxismus: Zur Aktualität einer Rekonstruktion des historischen Materialismus*. Würzburg: Königshausen und Neumann, 2003.

Artigo recebido em 6/7/2015, aprovado em 13/08/2015